

O *Lager* e o Colônia: interlocuções de memória do Holocausto entre Primo Levi e Daniela Arbex

The *Lager* and the Colônia: Holocaust Memory Interlocutions Between Primo Levi and Daniela Arbex

Leonardo Baroni Alves dos Santos*

Aislan Camargo Maciera**

RESUMO: Este artigo propõe uma análise comparativa entre a reflexão do ex-prisioneiro de Auschwitz Primo Levi sobre o *Lager* nazista e a investigação jornalística de Daniela Arbex, em *Holocausto Brasileiro* (2013). Partindo de um debate sobre o termo “Holocausto”, examinamos como a circulação de nomes e discursos permite atualizar arquivos de memória, tendo como pontos de relação a literatura do italiano e o trabalho de denúncia da jornalista brasileira. Assim, discutimos os dispositivos de despersonalização nas obras desses autores, estabelecendo um entrecruzamento entre testemunho e registro documental, de modo a fortalecer a vigilância ética, transformando o arquivo em uma ferramenta viva de memória e resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Primo Levi; *Holocausto Brasileiro*; Testemunho.

ABSTRACT: This article proposes a comparative analysis between the reflections of former Auschwitz prisoner Primo Levi on the Nazi concentration camp and the journalistic investigation by Daniela Arbex in *Holocausto Brasileiro* (2013). Starting from a debate on the term “Holocaust”, we examine how the circulation of names and discourses allows for the updating of memory archives, using the Italian’s literature and the Brazilian journalist’s work of denunciation as points of reference. Thus, we discuss the devices of depersonalization in the works of these authors, establishing an intersection between testimony and documentary record, in order to strengthen ethical vigilance, transforming the archive into a living tool of memory and resistance.

KEYWORDS: Memory; Primo Levi; Brazilian Holocaust; Testimony.

1 Entre o nome e a catástrofe

O termo *Holocausto* vem do grego *holókauston*, expressão ligada à ideia de “sacrifício totalmente queimado”. Por sua origem religiosa, a palavra carrega conotações teológicas que podem sugerir entrega ou sacrifício voluntário, o que

* Professor de Italiano no Centro de Ensino de Línguas da Unicamp e mestrando em Linguística Aplicada na mesma universidade. Graduado em Letras Português e Italiano pela Universidade de São Paulo. E-mail: lbaronialves@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5391-4647>.

** Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Língua, Literatura e Cultura Italianas pela mesma universidade. Professor e pesquisador na área de Literatura. E-mail: aislanmaciera@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9970-8222>.

gera debates entre estudiosos sobre sua adequação para nomear o genocídio nazista. Por isso, muitos autores preferem o vocábulo hebraico “Shoá”, que significa “catástrofe” ou “destruição”, destacando o caráter histórico e humano – e não sacrificial – do acontecimento.

Embora o termo “Shoá” seja amplamente adotado em contextos judaicos e em parte da historiografia especializada, seu uso também é, por vezes, evitado em certos trabalhos acadêmicos, porque ele remete de forma direta e exclusiva à experiência histórica do povo judeu. Como a palavra hebraica significa “catástrofe” e está fortemente associada à memória judaica do genocídio, alguns pesquisadores preferem empregar *Holocausto* quando desejam enfatizar o conjunto mais amplo de perseguições promovidas pelo regime nazista, que atingiram também outros grupos.

Assim, a opção terminológica pode variar conforme o recorte analítico: textos centrados especificamente no extermínio dos judeus tendem a privilegiar “Shoá”, enquanto abordagens de caráter mais abrangente – que incluem outras vítimas do sistema concentracionário e das políticas raciais nazistas – frequentemente mantêm o termo *Holocausto*, cunhado por um sobrevivente dos campos de concentração e extermínio, o escritor Elie Wiesel (1928-2016). Judeu praticante, e responsável pela difusão do termo para se referir aos assassinatos em massa perpetrados pelos nazistas, Wiesel é contemporâneo de outro sobrevivente, também escritor, Primo Levi (1919-1987).

Levi, italiano de origem judaica, nascido em Turim, foi deportado para o campo de Buna-Monowitz, um dos que compunham o complexo de Auschwitz, no início de 1944. É considerado uma das maiores e mais significativas testemunhas dos campos de concentração e extermínio nazistas, assunto do qual a sua obra literária muito raramente – ou nunca – se afastou. Reconhecido por uma linguagem concisa e precisa, muitas vezes considerada exata e científica, Levi, a princípio, rejeita a palavra *Holocausto*, comumente usada para indicar o extermínio dos judeus europeus durante a Segunda Guerra Mundial. Em entrevista a Marco Vigevari (hoje, um dos mais importantes agentes literários da Itália e membro da Fondazione Memoriale della Shoah de Milão), publicada no Boletim da Comunidade Israelita de Milão, em maio de 1984, Levi afirma que o termo *Holocausto*, cujo significado literal é “totalmente queimado”, causa

incômodo por trazer consigo uma carga religiosa, “referindo-se aos sacrifícios de animais feitos em oferenda aos deuses” (Levi, 2018, p. 442, tradução nossa).¹ O que não agradava Primo Levi que, diferentemente de Elie Wiesel, era um homem laico, era a sacralização do extermínio nazista contida no termo geralmente utilizado para se referir a ele. Levi, na entrevista, diz: “Além disso, irritam-me as tentativas de alguns extremistas religiosos de interpretar o extermínio à maneira dos profetas: como uma punição pelos nossos pecados. Não! Isso eu não aceito: o fato de ser insensato o torna mais assustador” (Levi, 2018, p. 442, tradução nossa).²

Pode-se afirmar que a aversão de Levi ao termo está presente na própria concepção que o autor tinha da máquina genocida de extermínio do Terceiro Reich. Segundo ele, o massacre de judeus, ciganos, homossexuais, testemunhas de Jeová, prisioneiros de guerra e políticos era algo programado, raciocinado, e cientificamente colocado em prática por meio dos campos de concentração e extermínio. Não se tratava, portanto, de algo relacionado a sacrifícios e não portava consigo nenhuma conotação religiosa.

Em 1979 o termo tinha adquirido mais força, por ocasião da exibição de uma minissérie televisiva estadunidense, dirigida por Marvin J. Chomsky e intitulada *Holocausto*. Em artigos escritos naquele ano, e publicados pelo jornal *La Stampa*,³ de Turim, Primo Levi utiliza a palavra como forma de alargar o seu significado, estendê-lo para além dos seis milhões de judeus mortos pelos nazistas. No ensaio “As imagens da minissérie *Holocausto*”, publicado no jornal em 20 de maio de 1979, Levi reconhece que o poder de penetração da televisão acaba sendo muito maior do que o número de leitores, sendo importante para integrar esses conhecimentos à História e ao conhecimento popular, esferas que atingem uma maior disseminação. O ex-prisioneiro se incomoda, porém, com a condução dessas informações, afirmando que “são coisas nossas, íntimas, e não

¹ “‘Olocausto’, letteralmente vuol dire ‘tutto bruciato’ e si riferisce ai sacrifici animali fatti agli dèi”.

² “Mi irritano inoltre i tentativi di alcuni estremisti religiosi di interpretare lo sterminio alla maniera dei profeti: una punizione per i nostri peccati. No! Questo non l’accepto: il fatto di essere insensato lo rende più spaventoso”.

³ Um dos jornais diários mais antigos e influentes da Itália. Durante o pós-guerra, tornou-se um importante espaço de debate intelectual, sendo o veículo onde Primo Levi colaborou extensivamente, publicando ensaios, contos e reflexões sobre os caminhos político-sociais mundiais.

nos sentimos bem quando as vemos violadas” (Levi, 2016, p. 95). Ele também completa que teve dificuldades diante de várias ingenuidades e aproximações representadas, como roupas listradas limpas e faces de prisioneiros bem barbeadas e nutridas (Levi, 2016). A representação dos campos de concentração sob o título de *Holocausto*, segundo o autor, centra-se nos *Lager* sem uma sutileza dos sentimentos ou nuances psicológicas desses prisioneiros. Ainda assim, Levi reconhece que a iniciativa representou um avanço relevante ao romper o silêncio que por décadas envolveu esses acontecimentos, contribuindo para ampliar a difusão e a conscientização sobre essa tragédia humana junto a um público mais amplo.

Outra ideia frequentemente contestada por Primo Levi, em suas reflexões sobre os campos de extermínio, é a noção de que o *Lager* constituía um espaço de resistência. Para o autor, “não era, ou o era apenas de modo superficial: honra àqueles que resistiram, mas não era, de modo algum, a regra. A regra era ceder, era ser esmagado” (Levi, 2018, p. 443, tradução nossa).⁴ Levi observa que as raras manifestações de resistência provinham sobretudo dos prisioneiros políticos – e, eventualmente, de alguns judeus politizados ou sionistas. Essa constatação remete à imensa maioria dos judeus deportados, submetidos a um genocídio cientificamente planejado, e reforça a ideia de que, no interior do *Lager*, não houve uma resistência significativa ou estruturada, mas antes a predominância do esmagamento sistemático dos prisioneiros – que, como o próprio Levi enfatiza, em sua maioria cederam diante da máquina de extermínio.

Ainda na entrevista de Levi a Marco Vigevari, o autor ensaia uma comparação que aproxima alguns aspectos do *Lager* a outros contextos político-sociais espalhados pelo mundo e pela história. O que ele cita nominalmente e destaca é o caso da ditadura militar argentina. Perguntado se as coisas que ele presenciou durante a sua deportação poderiam se repetir ou se havia uma tendência capaz de fazer aquilo se repetir, ele responde:

Não se pode excluir. Basta ver o que aconteceu na Argentina alguns anos atrás. Felizmente, por se tratar de um país mal organizado, as vítimas foram dezenas de milhares e não milhões; mas, se estivesse à

⁴ “No lo era o lo era solo marginalmente: onore a chi ha resistito, ma non era affatto la regola. La regola era il cedere, l’essere stroncati”.

frente da Argentina uma pessoa, digamos, “xamânica”, como Hitler, as vítimas teriam sido milhões [...]. (Levi, 2018, p. 443, tradução nossa.)⁵

A partir desse quadro, sustenta-se como hipótese central que Primo Levi deve ser compreendido não apenas como sobrevivente e testemunha privilegiada do sistema concentracionário nazista, mas como um autor que elaborou uma reflexão teórica original sobre o *Lager*. Sua obra não se limita ao testemunho memorialístico: nela, a experiência extrema é convertida em categorias analíticas capazes de iluminar os mecanismos estruturais da violência, da despersonalização e da degradação humana. Ao articular memória, linguagem e exame crítico, Levi desloca o relato autobiográfico para um plano interpretativo mais amplo, oferecendo instrumentos conceituais que ultrapassam o contexto histórico imediato.

Ao insistir na dimensão racional, administrativa e sistemática do *Lager*, ao problematizar as zonas morais ambíguas entre vítima, cúmplice e sobrevivente, e ao recusar leituras sacralizantes da catástrofe, Levi constrói uma teoria da desumanização moderna. Nesse sentido, seus escritos dialogam com investigações sobre regimes de exceção, instituições totais e dispositivos burocráticos de exclusão, configurando-se como aporte teórico relevante para a análise de outras experiências históricas de violência organizada. Assim, mais do que documento de memória, o pensamento de Levi afirma-se como referência interpretativa duradoura para estudos sobre opressão sistemática, sofrimento institucionalizado e destruição da dignidade humana, mantendo plena atualidade crítica sempre que se examinam formas de poder que operam pela redução do sujeito à condição de coisa.

É nesse horizonte conceitual que se torna produtiva a aproximação entre as reflexões de Primo Levi e outras experiências de violência institucional e degradação sistemática da pessoa, ainda que situadas em contextos distintos e não equiparáveis em escala, finalidade ou estrutura. A contribuição teórica de Levi – particularmente sua análise dos dispositivos de despersonalização, da

⁵ “Non si può escludere. Basta vedere ciò che è successo in Argentina qualche anno fa. Per fortuna, essendo un paese male organizzato, le vittime sono state decine di migliaia e non milioni, ma se ci fosse stato a capo dell’Argentina una persona diciamo ‘sciamanica’ come Hitler, le vittime sarebbero state milioni [...]”.

normalização da crueldade administrativa e das zonas morais ambíguas produzidas por sistemas de opressão – oferece um referencial fecundo para a leitura de realidades em que o sofrimento humano é produzido e legitimado por engrenagens institucionais.

Nessa perspectiva, o livro *Holocausto brasileiro*, de Daniela Arbex, apresenta-se como objeto pertinente de diálogo analítico. Ao examinar o funcionamento do Hospital Colônia de Barbacena e documentar práticas sistemáticas de abandono, violência e morte, a obra expõe um processo prolongado de desumanização institucional que, resguardadas as diferenças históricas e políticas, pode ser interpretado à luz das categorias elaboradas por Levi. Tal aproximação não implica equivalência entre eventos, mas propõe um intercâmbio conceitual sobre mecanismos de exclusão, despersonalização e banalização do sofrimento.

À luz dessas considerações, o presente artigo propõe uma análise comparativa entre regimes discursivos distintos – o literário, representado pelos escritos de Primo Levi, e o jornalístico, materializado no livro-reportagem de Daniela Arbex. Tal comparação não se orienta por critérios de equivalência histórica, mas por um diálogo crítico entre formas de representação, construção narrativa e elaboração de sentido em torno da violência institucional e da desumanização. Busca-se examinar de que modo a escrita testemunhal e reflexiva de Levi, marcada por densidade conceitual e vocação analítica, e a investigação jornalística de Arbex, ancorada em documentação, relatos e reconstrução factual, convergem e divergem na interpretação de experiências-limite. Nesse percurso, interessa compreender como diferentes linguagens e estratégias discursivas produzem inteligibilidade sobre o sofrimento humano organizado por estruturas institucionais, bem como os efeitos éticos, críticos e cognitivos decorrentes dessas modalidades de escrita.

2 Entre duas tragédias humanas

No contexto brasileiro, observa-se a apropriação do termo *Holocausto* para nomear episódios de violência em massa ocorridos em instituições contemporâneas que, embora distintas dos campos nazistas em finalidade, escala

e estrutura, também se configuraram como espaços de desumanização e morte. Um caso emblemático é apresentado no livro-reportagem *Holocausto Brasileiro*, de Daniela Arbex. Publicada pela primeira vez em 2013, a obra denuncia as violações sistemáticas de direitos humanos ocorridas no Hospital Colônia de Barbacena/MG, fundado em 1903. A partir de investigação jornalística e documental, Arbex reconstrói a trajetória da instituição, que ao longo de décadas recebeu milhares de pessoas sem diagnóstico de transtorno mental – indivíduos socialmente marginalizados, como pobres em situação de rua, homossexuais, mães solteiras, mulheres grávidas fora do casamento e pessoas abandonadas por suas famílias. Submetidos a internações compulsórias, esses sujeitos foram expostos a condições extremas de violência, fome e frio, em um processo prolongado de abandono institucional que resultou, entre as décadas de 1930 e 1980, na morte de mais de sessenta mil internos.

Com apuração rigorosa, Daniela Arbex localizou sobreviventes, ouviu familiares e entrevistou ex-funcionários da instituição, reunindo documentos, relatos e imagens que revelam como a barbárie foi sustentada pelo Estado, por setores da medicina e pela indiferença social, integrando a sua narrativa baseada nos discursos dos sobreviventes com imagens que registraram as condições do local e dos pacientes. Para além do livro, também foi produzido um documentário baseado nesse trabalho, com o título homônimo, em 2016. A direção de Armando Mendz e Daniela Arbex contou de igual modo com a utilização de imagens e depoimentos de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o hospital psiquiátrico de Barbacena. Ambos os trabalhos, jornalísticos e históricos, expõem um projeto de exclusão e silenciamento. É interessante frisar, desde já, que a escolha do termo *Holocausto* não foi arbitrária, como afirma Eliane Brum no prefácio “Os loucos somos nós” da mesma obra:

As palavras sofrem com a banalização. Quando abusadas pelo nosso des pudor, são roubadas de sentido. Holocausto é uma palavra assim. Em geral, soa como exagero quando aplicada a algo além do assassinato em massa dos judeus pelos nazistas da Segunda Guerra. Neste livro, porém, seu uso é preciso. Terrivelmente preciso. Pelo menos 60 mil pessoas morreram entre os muros do Colônia. Tinham sido, a maioria, enfiadas nos vagões de um trem, internadas à força. Quando elas chegaram ao Colônia, suas cabeças foram raspadas, e as roupas, arrancadas. Perderam o nome, foram rebatizadas pelos funcionários, começaram e terminaram ali. (Brum, 2019, p. 13-14.)

Desse modo, entende-se que foi uma escolha terminológica pensada e, decerto, uma referência aos eventos ocorridos na Segunda Guerra Mundial, de forma a reiterar o impacto do funcionamento do Colônia. A partir desse contexto, pode-se entender a obra de Daniela Arbex como uma revisão criativa e crítica de arquivos, quando pensamos nos significados da palavra *Holocausto* e como ela foi associada em diferentes contextos de produção literária e de marcações históricas. Ao explorar profundamente prontuários, fotografias e relatórios administrativos que o Estado pretendia manter ocultos, a autora realiza a escavação e interpretação de material documental, promovendo a desmontagem crítica do arquivo institucional do Hospital Colônia para reordená-lo em uma nova constelação de sentido: a da violação sistemática de direitos e a da consequente desumanização dos pacientes.

Levando isso em conta, pretende-se analisar esse movimento de reescrita da história por meio da literatura de não ficção, identificando semelhanças narrativas, descritivas e temáticas entre os registros de Arbex e de Levi. Parte-se da premissa de que a escrita autobiográfica foi – e continua sendo – uma importante contribuição para a construção da memória, tendo nos depoimentos seu material privilegiado. Nesses casos, tanto Levi quanto Arbex não se limitam ao registro de fatos, mas participam da elaboração de uma memória coletiva a partir de testemunhos, cada qual a seu modo. Enquanto Levi empresta ao leitor o seu olhar sobre os eventos que presenciou, Arbex colhe depoimentos e documentos diversos que, a partir da sua maneira de narrar, constituem o cenário apresentado. As diferenças dos eventos e das experiências também devem ser consideradas, dado que não é possível igualar esses momentos, mas sim encontrar pontos de aproximação dos mecanismos de trauma que se entrelaçam por uma mesma terminologia comum. Dessa maneira, será possível investigar como essas escritas – também consideradas literárias – redefinem os contornos do fazer literário e reformulam problemas de valor.

2.1 A construção da imagem não humana do Holocausto

É fato que existem tensões de várias ordens ao se utilizar o termo *Holocausto*, principalmente quando são levados em consideração os escritos e as

declarações de Levi. A obra de Arbex, de certo modo, mostra como uma noção histórica pode influenciar e compor novas memórias de arquivo que estão associadas a uma terminologia. A ideia da significação do Holocausto reverbera na obra da jornalista não apenas pela escala da morte, mas pela reprodução das etapas de aniquilamento de identidades humanas descritas por Primo Levi.

Em vista disso, percebem-se semelhanças em descrições e narrativas produzidas tanto por Levi quanto por Arbex. Os trechos que serão trabalhados nesta seção foram retirados da coletânea *Assim foi Auschwitz: testemunhos 1945-1986 – Primo Levi com Leonardo De Benedetti* (De Benedetti; Levi, 2020)⁶ e da sua obra de estreia *É isto um homem?* (Levi, 1988).⁷ O “Relatório sobre a organização higiênico-sanitária do campo de concentração para judeus de Monowitz (Auschwitz – Alta Silésia) [1945-6]”, escrito por Leonardo De Benedetti e Primo Levi, tem importância para a abordagem de uma caracterização do processo de “desumanização” que os campos de concentração causavam em seus prisioneiros. Esse relatório foi publicado originalmente em 1946, na revista *Minerva medica*, sendo considerado um testemunho rigoroso, preciso e profundamente humano sobre a prática clínica em um ambiente organizado para negar qualquer traço de humanidade.⁸

A começar pela recepção dos prisioneiros em Auschwitz, notam-se semelhanças com a descrição da chegada dos “pacientes” no Colônia. Como relata Arbex (2019, p. 29, destaque nosso):

Os recém-chegados à estação do Colônia eram levados para o setor de triagem. Lá os novatos viam-se separados por sexo, idade e características físicas. Eram obrigados a entregar seus pertences, mesmo que dispusessem do mínimo, inclusive roupas e sapatos, um constrangimento que levava às lágrimas muitas mulheres que jamais haviam enfrentado a humilhação de ficar nuas em público. *Todos passavam pelo banho coletivo, muitas vezes gelado. Os homens tinham ainda o cabelo raspado* de maneira semelhante à dos prisioneiros de guerra.

⁶ Título original: *Così fu Auschwitz: Testimonianze 1945-1986*. Publicado pela primeira vez na Itália em 2015 e também no Brasil. Para este artigo foi considerada a edição da editora Companhia das Letras de 2020 com a tradução de Federico Carotti.

⁷ Título original: *Se questo è un uomo*. Publicado pela primeira vez na Itália em 1947 e no Brasil em 1988. Para este artigo foi considerada a edição da editora Rocco com a tradução de Luigi Del Re.

⁸ O Relatório sobre a organização higiênico-sanitária do campo de concentração, escrito por Levi e De Benedetti, não é um texto literário. Apesar disso, o relatório, inicialmente encomendado pelos russos logo após a liberação dos campos, é o embrião do primeiro testemunho literário de Primo Levi, aquele que iria se tornar um de seus principais livros: *Se questo è un uomo* (1947).

Ainda que a triagem inicial em Auschwitz ocorresse assim que os prisioneiros descessem dos vagões de trem, havia também uma separação que consistia em homens jovens e aptos ao trabalho, mulheres jovens e um grupo que englobava crianças, pessoas com deficiência e idosos.

Tão logo chegou ao campo, o grupo de 95 homens foi levado ao pavilhão de desinfecção, onde todos foram prontamente submetidos a uma *completa e cuidadosa depilação: cabelos, barba e tudo o mais que caíram rapidamente sob tesouras, navalhas e máquinas*. Depois disso foram colocados na sala dos chuveiros e ali ficaram trancados até a manhã seguinte. [...] Finalmente, por volta das seis horas da manhã seguinte, foram submetidos a uma *limpeza geral com uma solução de lisol e a uma ducha quente*; depois disso, receberam os uniformes do campo e, para vesti-los, foram levados a outro salão, ao qual tiveram que chegar pelo lado de fora do pavilhão, saindo nus na neve, com o corpo ainda molhado pela ducha quente. (De Benedetti; Levi, 2020, p. 15, destaque nosso.)

Em *É isto um homem?*, Primo Levi também faz referência ao processo de triagem, dessa vez com uma linguagem menos técnica. Após relatar no primeiro capítulo a viagem de trem até o campo, ele descreve o processo:

Devemos formar filas de cinco, deixando um espaço de dois metros entre um e outro; a seguir, despir-nos e fazer uma trouxa com nossas roupas conforme critério determinado, as peças de lã de um lado, o resto doutro; tirar os sapatos, com cuidado para que não nos sejam roubados. [...] Quatro homens entram bruscamente com pincéis, navalhas e tesouras para tosquia. Usam calças e casacos listrados, um número costurado no peito, devem ser da mesma espécie daqueles desta noite (ou da noite passada?), mas estes são robustos e saudáveis. Fazemos perguntas e mais perguntas; eles simplesmente nos agarram, e num instante estamos barbeados e tosquiados. Com que caras ridículas ficamos sem cabelos! Os quatro falam uma língua que não parece ser deste mundo; alemão, em todo caso, não é; um pouco de alemão eu já entendo.

Por fim, abre-se outra porta; aqui estamos todos, trancados, nus, tosquiados e de pé, com os pés na água, é a sala das duchas. Estamos sozinhos; pouco a pouco o assombro cede, falamos, todo mundo pergunta, ninguém responde. Estarmos nus numa sala de duchas, quer dizer que vamos tomar banho. Tomarmos banho, quer dizer que não nos vão matar – ainda. Por que, então, nos deixam aqui de pé e não nos dão de beber e ninguém nos explica nada; e estamos sem sapatos, sem roupa, com os pés na água, e faz frio, e há cinco dias que viajamos e nem podemos sentar?

E as nossas mulheres? (Levi, 1988, p. 27-28.)

No trecho apresentado de Arbex, constata-se uma referência literal aos prisioneiros de guerra e, conseqüentemente, levando-se em consideração o todo

de sua obra – inclusive o título – tudo remete o leitor aos campos de concentração nazistas. Ao narrar desse modo a chegada dos indivíduos ao Colônia, e ao utilizar frequentemente o termo “campo de concentração” ao longo de sua narrativa, a autora estabelece uma ponte entre os acontecimentos. No que diz respeito ao conteúdo, são evidentes os traços de tortura presentes em ambas as situações, mesmo que separadas pelo tempo e pelo espaço: tanto no hospital de Barbacena quanto no complexo de Auschwitz, o banho é a limpeza de identidade, a despersonalização, e inversamente às situações comuns, é a retirada da identidade e da dignidade. Aquele seria, para a imensa maioria desses prisioneiros, o último banho das suas vidas.

O processo de despersonalização conduz, como consequência, à institucionalização. Arbex, por exemplo, refere-se aos pacientes do Hospital Colônia, durante o período em que permaneceram internados, como “institucionalizados”. Levi, por sua vez, convida à reflexão, por meio de sua escrita literária:

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. Ficará claro, então, o duplo significado da expressão “Campo de extermínio”, bem como o que desejo expressar quando digo: chegar no fundo.
[...] Meu nome é 174.517; fomos batizados, levaremos até a morte essa marca tatuada no braço esquerdo. (Levi, 1988, p. 33.)

A progressiva perda de identidade e a descaracterização das pessoas confinadas nesses espaços evidenciam o apagamento do indesejado – isto é, a eliminação de tudo aquilo que representava uma ruptura com o padrão de comportamento considerado ideal para sustentar uma ilusória normalidade social. Assim, percebe-se, nos escritos, a exposição dessa forma de exclusão, tanto dos cidadãos mineiros internados quanto dos prisioneiros da Alemanha nazista. Em Arbex (2019, p. 25):

Desde o início do século XX, a falta de critério médico para as internações era rotina no lugar onde se padronizava tudo, inclusive os

diagnósticos. Maria de Jesus, brasileira de apenas vinte e três anos, teve o Colônia como destino, em 1911, porque apresentava tristeza como sintoma. Assim, como ela, a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar.

Reitera-se, portanto, que o perfil dos pacientes do Colônia correspondia, em grande parte, ao do indivíduo considerado indesejado pela sociedade, que, por um consenso social implícito, julgava necessário afastá-lo do convívio coletivo. Tratava-se, em geral, de pessoas que não se encaixavam em padrões tradicionais de comportamento, frequentemente baseados em concepções morais distorcidas e incompatíveis com uma sociedade plural. Além disso, a partir de 1976, o Colônia passou a receber também muitas crianças com deficiências físicas e intelectuais, em razão do fechamento do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil da cidade de Oliveira/MG (Holocausto Brasileiro, 2016). Em numerosos casos, essas crianças haviam sido rejeitadas por suas próprias famílias.

Para além desse apagamento social explícito, os internos também eram submetidos a violências físicas, provocadas direta ou indiretamente pela administração do hospital. Um exemplo que dialoga diretamente com a experiência descrita por Levi em Auschwitz é a insuficiência de vestimentas adequadas, conforme registrado em seus relatos:

[...] as roupas e casacos de pano grosso haviam chegado ao limite extremo de uso, de modo que os prisioneiros tiveram de enfrentar o inverno de 1944-5 usando algodão, como nos meses de verão [...] Todo esse material [entregue aos prisioneiros] consistia na parcela de pior qualidade das roupas subtraídas aos integrantes dos vários comboios que, como se sabe, não paravam de chegar ao centro de Auschwitz provenientes de todas as partes da Europa [...] Era proibido possuir lenço para assoar o nariz ou qualquer outro pedaço de tecido. (De Benedetti; Levi, 2020, p. 16.)

A situação das vestimentas foi explorada também em *É isto um homem?*, logo após narrar a limpeza dos prisioneiros nos campos de concentração: “Lá outros atiram-nos, berrando, sei lá que trapos esfarrapados [...] Não temos tempo de compreender e já nos encontramos ao ar livre, na neve azulada e gelada do

amanhecer, e, nus e descalços, com nossa trouxa na mão [...]” (Levi, 1988, p. 32). De igual modo, essa exposição foi um dos pontos ressaltados na obra de Arbex. No caso, já no início são mencionadas as vestimentas finas e azuis, classificadas pela autora como insuficientes para o frio da região mineira. Ainda, com o decorrer do tempo, houve a falta de distribuição de vestimentas, o que suscitou um instinto de sobrevivência nos internados. A título de exemplo,

[...] dois homens de jaleco branco embrulharam o morto num lençol, o décimo sexto naquele dia, embora muitos outros agonizassem. Na tentativa de se aquecer durante a noite, os pacientes dormiam empilhados, sendo comum que os de baixo fossem encontrados mortos. (Arbex, 2019, p. 23.)

As condições climáticas do local e a falta de assistência para essa situação reforçam as circunstâncias cruéis as quais os pacientes sofriam naquele espaço. Ainda que esse seja um caso em que as pessoas se amontoam num instinto de sobrevivência, uma outra possibilidade de lotação também nos é indicada nos registros sobre o Hospital Psiquiátrico de Barbacena: 5 mil pacientes viviam em um lugar projetado para 200 e tal fato provocou a substituição de camas por capim, com a intenção de “acomodar” mais e mais pessoas. É interessante, também, frisar que a “reforma” foi recomendada pelo Poder Público e adotada em outros hospitais psiquiátricos mineiros (Arbex, 2019) em um momento em que claramente não era mencionada uma possível reforma psiquiátrica. A situação da superlotação, naturalmente, causou uma crise sanitária no interior do hospital, tal qual no campo de concentração de Auschwitz, descrito em diversos momentos do relatório de Levi e De Benedetti:

[...] não se tomava nenhuma outra providência para a profilaxia das doenças contagiosas, que tampouco escasseavam: tifo e escarlatina, difteria e varicela, sarampo, erisipela, etc., sem contar as numerosas afecções cutâneas contagiosas, como as epidermofitoses, os impetigos, as sarnas [...] Uma das maiores possibilidades de transmissão de doenças infecciosas consistia no fato de que uma razoável porcentagem de prisioneiros não dispunha de tigela nem de colher, de modo que três ou quatro pessoas eram obrigadas a comer sucessivamente no mesmo recipiente ou com o mesmo talher, sem poder lavá-lo. (De Benedetti; Levi, 2020, p. 19.)

Em *Holocausto Brasileiro*, também é corrente a questão da ausência de uma higiene sanitária, o que poderia claramente trazer prejuízos para os presentes no local. Como indica Arbex (2019, p. 176),

Os homens vestiam uniformes esfarrapados, tinham as cabeças raspadas e pés descalços. Muitos, porém, estavam nus. Luiz Alfredo viu um deles se agachar e beber água do esgoto que jorrava sobre o pátio e inundava o chão do pavilhão feminino. Nas banheiras coletivas havia fezes e urina no lugar de água. Ainda no pátio, ele presenciou o momento em que carnes eram cortadas no chão. O cheiro era detestável, assim como o ambiente, pois os urubus espreitavam a todo instante [...].

Mesmo tratando de realidades muito diferentes, as narrativas indicam semelhanças, convergências em relação ao processo de desumanização e de mecanismos de trauma próprios dos locais descritos. O testemunho e as memórias de Levi levam em consideração a narrativa baseada na própria experiência, fato que suscita a pergunta título de sua obra de estreia *É isto um homem?*, na tradução brasileira de Luigi del Re. O estudo e a exposição do trabalho jornalístico de Arbex nos mostra um evento limite, cuja brutalidade desafia a lógica da alteridade, evidenciando uma face da condição humana que é eticamente insuportável. Assim como Auschwitz – um deliberado projeto de extermínio dos “indesejáveis” –, o Hospital Colônia de Barbacena tampouco oferecia um ambiente minimamente digno a quem quer que fosse, incluindo desde a equipe de apoio até as vítimas, chamadas de pacientes.

Não obstante os maus-tratos, episódios de tortura, para além dos descritos anteriormente, também são registrados explicitamente em ambas as obras. Levi denuncia, ainda no relatório sobre a organização higiênico-sanitária do campo de Monowitz, como esses trabalhos exercidos pelos prisioneiros eram degradantes e exaustivos:

Os trabalhos da grande maioria dos prisioneiros eram manuais e exaustivos, inadequados às condições físicas e à capacidade dos condenados; [...] [eram obrigados a] se submeter a esforços superiores a suas forças, ora cavando com pá e picareta, ora descarregando carvão ou sacos de cimento, ou de madeiras ainda piores, todas extremamente pesadas; trabalhos que naturalmente eram executados ao ar livre, no inverno e no verão, sob neve, chuva, sol e vento, sem vestimentas suficientes para proteger das intempéries e das baixas temperaturas. Esses trabalhos, além do mais, deviam ser executados em ritmo acelerado, sem nenhuma pausa, exceto durante uma hora – do meio-dia à uma – para a refeição do meio do dia: e aí de quem fosse

surpreendido parado ou em atitude de descanso durante as horas de trabalho. (De Benedetti; Levi, 2020, p. 20-21.)

A descrição dessas ações torna-se importante, pois reafirma a atrocidade do regime nazista: além de colocar os prisioneiros numa situação sem as mínimas condições higiênicas para a sobrevivência, implantavam trabalhos que exigiam um esforço físico maior do que o suportado por um corpo humano. Ainda que não esteja inserido nesse trecho em específico, Levi também disserta sobre os banhos no campo de concentração que, além de serem insuficientes para manter o asseio pessoal, toalhas ou qualquer tipo de tecido não eram oferecidos após a finalização da ilusória higienização, resultando em uma obrigação dos prisioneiros se secarem a partir de corridas sem roupa, em qualquer uma das estações do ano.

Assim como os prisioneiros dos campos de concentração e extermínio nazistas, muitos “prisioneiros” do campo de concentração mineiro também eram condenados a trabalhos forçados e exaustivos. Alguns deles foram destinados aos serviços de manutenção do hospital, como a cozinha ou a limpeza. Mas outros, segundo Arbex, foram literalmente escravizados: alguns funcionários recrutavam pacientes para executar serviços particulares sem qualquer remuneração ou recompensa. Um dos casos mais emblemáticos é o de Luiz Pereira Melo:

Tratado como propriedade do Estado, o menino hospitalizado apenas por ser tímido se separou da família sem diagnóstico de loucura, embora não tenha sido difícil arranjar uma doença para ele. Qualquer moléstia mental serviria, afinal, o rapaz era filho da pobreza como a maioria dos depositados nos manicômios do Estado. De Oliveira, o menino seguiu para o Colônia em 24 de fevereiro de 1952, onde perdeu a noção dos anos. Sabe apenas que foi tempo demais, o suficiente para manter o coração preso na saudade que tinha de casa e das mãos ásperas da mãe lavadeira.

[...] Em Barbacena, o jovem experimentou a covardia e a escravidão. Recrutado por um funcionário do hospital que decidiu ganhar dinheiro nas costas daquela gente, Luiz passou a construir, de graça, casas populares que o tal homem vendia. A exploração da sua mão de obra, no entanto, não foi o que mais doeu, e sim as humilhações impostas.

– Por qualquer coisinha de nada, ele me dava um coro, batendo com a mão aberta no meu rosto e orelha – relembra Luiz [...]. (Arbex, 2019, p. 136-137.)

Além das humilhações que contribuíam decisivamente no processo de desumanização, os pacientes do “hospital” passavam por sessões de eletroconvulsoterapia. Esse método ainda é usado como forma de tratamento, mas com um acompanhamento mais detalhado daquele que irá receber o

procedimento, principalmente a aplicação de uma anestesia geral, o que não ocorria no Colônia. Os choques não tinham, na maioria dos casos, um objetivo médico ou uma motivação terapêutica, mas sim a intenção de lesar a vítima, como foi o caso de Geralda Siqueira Santiago: “Mesmo grávida, ela tomou o seu primeiro eletrochoque, para ‘amansar’, disseram os guardas” (Arbex, 2019, p. 152).

É importante frisar que o Colônia, assim como o campo de Monowitz, usava toda a força vital de seus habitantes, e tiravam proveito econômico disso. Fica claro, com o relato de Levi, que os prisioneiros contribuíam para os objetivos nazistas com a mão de obra, ainda que alguns trabalhos não fossem considerados utilitários, mas sim com finalidades de tortura. Porém, ao analisar o contexto da Europa fascistizada, Levi (2016) afirma que a indústria bélica alemã dependia dos campos de concentração com o objetivo de retorno a uma economia faraônica, resultando em uma “realização plena do fascismo: a consagração do privilégio, a instauração definitiva da não igualdade e da não liberdade” (Levi, 2016, p. 50).

O mesmo ocorria em Barbacena, mas de uma maneira um pouco diversa e sem um claro objetivo de homogeneização e centralização do poder. Após os vários testes com eletrochoque e atrocidades sofridas pelos indivíduos, que tinham a morte como uma consequência, os corpos eram vendidos às universidades públicas do Brasil. Como indica Arbex (2019), 1.823 corpos foram vendidos para dezessete faculdades de medicina do país entre 1969 e 1980, resultado das más condições de atendimento do hospital (por volta de dezesseis mortes por dia). Ainda, sabe-se que nenhum dos familiares das vítimas autorizou essa comercialização, e o valor final faturado pelo comércio de corpos, ossadas e órgãos foi de aproximadamente 600 mil reais. As atrocidades tinham, então, uma grande motivação econômica.

Portanto, a exploração econômica do corpo – seja pela força de trabalho exaurida até a morte no *Lager*, seja pela venda sistemática de cadáveres do Colônia – constitui o estágio final de uma desumanização. O indivíduo não apenas perde sua identidade jurídica e moral, mas é reduzido a matéria-prima. A aproximação entre os relatos de Levi e a investigação de Arbex confirma que a produção do “não humano” não foi um acidente de percurso em nenhum dos dois casos, mas a consequência lógica de sistemas que converteram seres humanos em

peças ou mercadoria. É essa racionalidade instrumental, capaz de burocratizar o horror e normalizar a barbárie sob o pretexto da ciência ou da ordem pública, que sustentou tanto a máquina nazista quanto o depósito humano de Barbacena. O “Holocausto”, neste caso, pode até ser um termo que marcou a classificação de episódios que estão na memória coletiva e em fatos históricos, mas vemos que não se trata de sacrifícios com vieses religiosos, e sim de campos de concentração que reforçavam preconceitos e exterminavam indesejados.

3 A experiência do *Lager*: arquivo enquanto fator de comparação da referência interpretativa

Ao analisar as características de registro presentes na narrativa de Daniela Arbex, torna-se pertinente discutir também a escolha terminológica expressa no título da obra. Nesse contexto, o termo não é mobilizado em seu sentido religioso de sacrifício, mas como designação de um processo histórico de violência extrema, marcado pela desumanização, pela violação sistemática de direitos e pela aniquilação da dignidade humana. Ainda que o título *Holocausto Brasileiro*⁹ resulte em uma força semântica que busca despertar a consciência pública para esse desastre de Barbacena, notamos a descrição em minúcias da lógica organizacional de um campo de concentração, elemento que aparece ainda inserido dentro de um plano macro de *Holocausto*, mas que deve também ter sua importância e destaque, por conta de eventos contemporâneos aos sofridos e denunciado por Levi – o caso documentado por Arbex –, bem como de ações governamentais atuais que possam conter em sua composição amálgamas desses episódios abomináveis da humanidade.

A interpretação desses materiais documentais, por sua vez, torna-se muito relevante para compreender decisões e ações político-sociais que nos cercam. Ao promover o entrecruzamento entre o discurso jornalístico de Arbex e o testemunho literário de Levi, o que se opera é uma desmontagem de silêncios históricos, estabelecendo uma aproximação entre o *Lager* europeu e o

⁹ Em um dos momentos em que Daniela Arbex fala no documentário, ela afirma que, ao ver as fotos do Hospital Psiquiátrico de Barbacena, entendeu que aquilo não era um hospital, mas um campo de concentração (*Holocausto Brasileiro*, 2016).

manicômio mineiro, permitindo uma releitura da História brasileira sob uma lente transcultural que reafirma o valor do depoimento, do registro e do testemunho como fatores de resistência política.

Levi, em um artigo intitulado “Um passado que acreditávamos não mais voltar”, publicado pelo jornal *Corriere della Sera*¹⁰ em 8 de maio de 1974, entende e alerta sobre eventos que se multiplicam no mundo e que se assemelha ao *Lager*:

Não acredito que hoje existam câmaras de gás e fornos crematórios em nenhum lugar do mundo, mas não é possível ler sem preocupação que o primeiro cuidado dos coronéis na Grécia e dos generais no Chile foi a criação de grandes campos de concentração, em Yaros, em Dawson: e hoje, em quase todos os países, existem prisões, instituições para menores, hospitais, onde – assim como em Auschwitz – o ser humano frequentemente perde nome e rosto, dignidade e esperança. (Levi, 2016, p. 55.)

Nota-se, assim, que Levi, quase trinta anos após a sobrevivência aos campos de concentração, reitera esse passado funesto, colocando-o em comparação com os caminhos políticos e sociais de diversas partes do mundo, e menciona, entre essas instituições, alguns hospitais que se assemelham a campos de concentração, em relação à organização e ao tratamento de pacientes. Ainda que o autor não faça referência direta ao Colônia, a repercussão internacional das denúncias formuladas pelo médico psiquiatra italiano Franco Basaglia permite levantar a hipótese de que Levi tenha tomado conhecimento da situação do hospital. O médico visitou o hospital Colônia de Barbacena em 1979 e ficou consternado com o que viu, conforme indicado no prefácio de Eliane Brum (2019, p. 16): “Estive num campo de concentração nazista. Em lugar nenhum do mundo, presenciei uma tragédia como esta”.

Basaglia ficou muito conhecido por ser precursor do movimento de reforma da psiquiatria italiana, um dos primeiros a lutar pelo fechamento dos hospitais que, a seu ver, eram desumanos e ineficientes. O médico, inclusive, cita Levi para embasar sua luta contra instituições como o Colônia que, segundo ele, eram responsáveis pela segregação e pelo confinamento dos indivíduos

¹⁰ Fundado em Milão, é um periódico de grande circulação e prestígio histórico na Itália. Reconhecido por seu rigor editorial e influência política, consolidou-se como um dos principais espaços de debate intelectual da Europa, tendo publicado textos fundamentais de grandes figuras da literatura e do pensamento italiano do século XX.

desumanizados. Em seu livro, *Che cos'è la psichiatria?* (Basaglia, 1973), ele insere o seguinte trecho de *É isto um homem?*:

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. (Levi, 1988, p. 33.)

Além dessa citação direta de Levi, Basaglia (1973) reflete sobre o indivíduo em sociedade, apontando que, pelo fato de nossa existência depender do vínculo com o outro, ela se torna uma experiência “não humana”, aquela em que a dignidade é anulada pela indiferença de quem nos vê apenas como um item ou um corpo sem alma. Assim, tanto o texto de Basaglia, quanto o de Levi – e por que não dizer também o de Arbex – assumem valor de manifesto na batalha cultural e civil que o próprio psiquiatra travou contra o escândalo dos manicômios e contra a psiquiatria então tradicional. Assim como Levi, Basaglia é testemunha de um crime contra a dignidade humana, que em nome da “ciência” e em defesa da nossa ideia de normalidade vinha sendo perpetrado em cada canto do mundo dito civilizado.

Primo Levi, porém, encarava com resistência comparações diretas com a experiência do *Lager*. Em entrevista de 26 de julho de 1986, dizia que havia experimentado um certo mal-estar quando Basaglia lhe enviou o livro no qual citava *É isto um homem?*, pois não acreditava que os hospitais psiquiátricos chegassem ao ponto de ser uma máquina da morte planejada como os campos de extermínio mantidos pela Alemanha nazista (Levi, 2016). Segundo ele, eram também mecanismos brutos, que levavam à desumanização e à morte, mas teriam sido feitos com outro objetivo.

Apesar das ressalvas feitas pelo próprio Levi na comparação entre os hospitais psiquiátricos e o *Lager*, a sua produção acabou se transformando em um instrumento da luta antimanicomial, assim como, muitas vezes, foi tomada como exemplo de testemunho capaz de incitar a reflexão sobre outras formas de segregação. Nesse caso, reconhece-se a importância e relevância do autor como

um referencial teórico para estabelecer reflexões sobre o entrecruzamento entre o testemunho literário e a denúncia histórica, que permite não só ler as cicatrizes de Barbacena, mas também eventos que afetam a integridade do sujeito sob as lentes de seus conhecimentos e experiências. A materialidade histórica, nesses casos, tem o papel crucial de uma análise crítica de arquivos, o que reforça os discursos sociais como moldadores de uma literatura comprometida com uma revisão política.

Desse modo, podemos entender que a memória de Primo Levi se tornou um alicerce não só para influenciar diretamente obras subsequentes às suas, mas também, como comparado, para estabelecer ligações narrativas com produções que contemplam outros contextos espaciais e políticos que se relacionam com as experiências dos campos de concentração. Aleida Assmann, em *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2021), afirma que o que guia a existência de um arquivo “são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externos, e o mais importante deles é a técnica da escrita, que removeu a memória de dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos” (Assmann, 2021, p. 367). Assim, se o arquivo, como aponta Assmann, torna a memória independente dos portadores vivos, os conhecimentos de Levi podem ser considerados uma espécie de base para analisar situações que se assemelhem às suas vivências – ou ao evento que lhe marcou de maneira mais significativa.

Retomando a resistência de Levi em comparações diretas ao *Lager*, Assmann (2021) também comenta sobre o “espaço de recordação” que é um local de trauma, apontando exatamente Auschwitz como um território que é ao mesmo tempo objetivamente concreto e igualmente múltiplo, sob perspectivas múltiplas, isto é, a multidimensionalidade complexa desse local tem relação com a heterogeneidade das histórias individuais e coletivas que as pessoas associam a ele. No caso, existe uma diferença entre a relação de um ex-prisioneiro e a relação de uma pessoa que estudou tal momento histórico. De qualquer forma, Levi opera, em seus escritos e declarações, de modo a reforçar suas denúncias e também comparar os seus registros com situações que possam apresentar traços que remontam seus arquivos e suas memórias e, conseqüentemente, seu testemunho.

Na entrevista concedida a Marco Vigevani, Levi explicita limites e tensões inerentes à escrita testemunhal. Ao refletir sobre as dificuldades de representação da experiência concentracionária, afirma: “A coisa mais difícil de expressar era justamente o ‘tédio’: o tédio total, a monotonia, a ausência de acontecimentos, os dias todos iguais [...] não há nada dentro” (Levi, 2018, p. 439, tradução nossa).¹¹ O autor chama atenção para um aspecto paradoxal do *Lager*: a dramaticidade histórica convivia com uma vivência subjetiva marcada pela repetição exaustiva, pela monotonia e pelo esvaziamento de sentido. Levi aponta ainda uma lacuna estrutural do testemunho: “as testemunhas, por definição, são sobreviventes e, portanto, todas, em alguma medida, usufruíram de um privilégio [...] O destino do prisioneiro comum não foi narrado por ninguém, porque não era materialmente possível para ele sobreviver” (Levi, 2018, p. 439, tradução nossa).¹² Ao reconhecer que o testemunho é, por definição, a fala de quem sobreviveu, Levi introduz uma reflexão decisiva: as “verdadeiras testemunhas” seriam precisamente aquelas que não puderam narrar, as que sucumbiram.

É nesse contexto que emerge a figura do prisioneiro descrito por Levi como *muçulmano*. O termo não remete à religião islâmica, mas à linguagem interna dos campos de concentração e extermínio nazistas, cujo termo designava detentos em estado extremo de esgotamento físico e psicológico. Tratava-se de indivíduos que apresentavam indiferença quase absoluta ao entorno, perda da vontade de sobreviver e progressiva anulação de si. A degradação radical de sua condição – física, psíquica e moral – os convertia em “mortos-vivos”. Esses prisioneiros, que raramente sobreviviam, encarnam a dúvida inscrita no próprio título da primeira obra de Levi ao tensionar os limites daquilo que ainda pode ser reconhecido como humano.

Na mesma entrevista, ao comentar as complexas relações entre vítimas e algozes, Levi dialoga criticamente com uma formulação de David Rousset. Questionado sobre a ideia de que “vítima e carrasco são igualmente ignóbeis”, Levi responde: “Havia uma desumanização de ambos os lados: de um lado,

¹¹ “La cosa più difficile da rendere era appunto la ‘noia’, la noia totale, la monotonia, la mancanza di avvenimenti, i giorni tutti uguali [...] non c’è niente dentro”.

¹² “i testimoni, per definizione, sono dei sopravvissuti e quindi tutti, in qualche misura, hanno fruito di un privilegio [...] Il destino del prigioniero comune non l’ha raccontato nessuno, perché non era materialmente possibile sopravvivere, per lui”.

sofrida; do outro, mais ou menos escolhida” (Levi, 2018, p. 441, tradução nossa).¹³ O autor ressalta a existência de uma cadeia difusa de colaborações, sobretudo entre prisioneiros não judeus, indicando que a fronteira entre vítima e perpetrador nem sempre se apresentava de modo nítido. Nesse cenário, a linha divisória tornava-se instável, permitindo a emergência de figuras ambíguas – vítimas que exerciam funções de opressão e carrascos submetidos a engrenagens coercitivas. Longe de relativizar responsabilidades, Levi problematiza os efeitos morais e psicológicos produzidos por sistemas estruturados para corromper, degradar e desorganizar identidades.

Essas reflexões oferecem um ponto de contato particularmente relevante com o trabalho de Daniela Arbex. Em *Holocausto Brasileiro*, a descrição do Hospital Colônia revela mecanismos institucionais que operam pela supressão do nome, pela padronização dos corpos, pela rotina da violência e pela normalização do sofrimento. Tal como no universo concentracionário analisado por Levi, observa-se a produção sistemática de sujeitos reduzidos à condição de restos humanos – indivíduos esvaziados de identidade, privados de vínculos sociais e submetidos a uma lógica administrativa que transforma abandono em procedimento. Ainda que distintos em contexto histórico e finalidade política, ambos os registros expõem estruturas nas quais a degradação não emerge como exceção, mas como norma institucionalizada.

4 Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas não pretendem esgotar as diversas análises e relações que podem ser feitas entre as obras de Primo Levi e Daniela Arbex. O nosso recorte analítico buscou percorrer desde as produções literárias de Levi até registros de entrevistas que, embora menos explorados, foram um arquivo fundamental para a compreensão da barbárie que se denominou como *Holocausto* – ainda que com suas nuances de significação.

A relevância das obras de Levi e Arbex resiste enquanto pilares de uma memória coletiva indispensável, diante do fato de que muitas vítimas não tiveram

¹³ “C’era una disumanizzazione da entrambe le parti: da una parte subita e dall’altra più o meno prescelta”.

a oportunidade de narrar sua própria dor ou sua própria experiência. Sendo assim, a literatura de testemunho e a desmontagem de arquivos funcionam como ferramentas potentes para demarcar movimentos históricos de violência institucional, confrontando a narrativa oficial com a subjetividade das vítimas.

Compreende-se que, embora Primo Levi e Daniela Arbex operem de formas diferentes – o primeiro calcado em seu testemunho literário e ético e a segunda exercendo um papel de jornalista investigativa e documental –, suas obras convergem na construção de uma memória resistente. Arbex demonstra reinventar o registro sobre o que entendemos como *Holocausto* ao inserir as imagens do Colônia e de pacientes no seu estudo, tanto na obra literária quanto no documentário, reiterando, para além da força do registro, uma força visual.

Além disso, entende-se que o diálogo entre Primo Levi e Daniela Arbex ultrapassa um gesto meramente comparativo, mas se inscreve em um campo mais amplo de memória coletiva. Em ambos os casos, lemos experiências nas quais a maioria das vítimas não pôde testemunhar, exatamente por terem sucumbido ao sistema criado para eliminá-las. A escrita, nesses casos, não atua, portanto, somente como registro, mas como uma retomada simbólica de vozes silenciadas. Nesse processo, o texto se converte em arquivo: não um repositório estático de documentos, mas um espaço de inscrição e reinterpretação, capaz de fixar vestígios do trauma e, ao mesmo tempo, retomá-los criticamente no presente.

A obra de Levi oferece uma gama de categorias analíticas que permitem reconhecer mecanismos de desumanização, burocratização do sofrimento e racionalização da exclusão. Quando a mobilizamos como uma possível leitura basilar, identificamos permanências e metamorfoses de práticas autoritárias. Sendo assim, entender esse tipo de literatura como um arquivo não se limita apenas a uma operação historiográfica, mas sim um exercício ético e político para recordar e reconhecer nuances de autoritarismo antes que estes se consolidem como uma norma.

Referências

ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

BASAGLIA, Franco. *Che cos'è la psichiatria?*. Torino: Einaudi, 1973.

BRUM, Eliane. Prefácio: Os loucos somos nós. In: ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019, p. 13-20.

DE BENEDETTI, Leonardo; LEVI, Primo. *Assim foi Auschwitz: testemunhos 1945-1986*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HOLOCAUSTO BRASILEIRO. Direção de Armando Mendz e Daniela Arbex. Brasil: Vagalume Filmes, Brasil Distribution, 2016. 1 filme (90 min) son., color.

LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Tradução: Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. *A assimetria e a vida*. Tradução: Ivone Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LEVI, Primo. *Opere complete*. Vol. 3. Torino: Einaudi, 2018.

[Artigo recebido em 19 de fevereiro de 2026 e aceito em 23 de abril de 2026.]

DOI: 10.22456/2236-6385.153724